



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2032 07/12/2020

Sem perspectiva de novos investimentos públicos, servidores federais seguem sem reajuste desde 2015

Na sexta-feira, 04, o Dieese divulgou dados sobre os reajustes salariais de servidores e empregados públicos em 2020. Foi possível verificar o terreno de terra arrasada que o Governo de Jair Bolsonaro (sem partido) vem deixando para os trabalhadores na administração pública.

No caso dos servidores e servidoras federais, enquanto o custo de vida só aumenta, seguem há cinco anos sem nenhum reajuste salarial. Um cenário que não tem perspectivas de mudança, uma vez que o país vive sobre o regime da Emenda Constitucional 95/16, editada pelo então presidente golpista Michel Temer (MDB) congelou o investimento nos serviços públicos por 20 anos.

Diante dos desafios enfrentados com a precarização dos serviços públicos oferecidos à população, o que não tem faltado para os servidores do executivo é luta. Desde a reforma da Previdência, defesa da educação pública, do Sistema Único de Saúde (SUS) frente à pandemia da Covid-19 e o combate à proposta de reforma Administrativa (PEC 32/20) de Bolsonaro e Paulo Guedes, entre outras batalhas. Entretanto, devido a conjuntura imposta pelo atual presidente, as conquistas seguem difíceis. Vale lembrar que as últimas foram fruto da greve nacional de 2015, durante o governo Dilma Rousseff (PT), quando além do reajuste (10,8%, parcelado 2016 e 2017), os servidores conquistaram a incorporação de 100% da Gratificação de Desempenho e da Gacem à aposentadoria.

Mesmo amargando cinco anos de perdas, a categoria segue combatendo os retrocessos e o empobrecimento da população brasileira. O Sintsef Ceará está na linha de frente junto com a Condsef e a CUT. **No próximo dia 10,**

trabalhadores e trabalhadoras do serviço público convocaram um Dia Nacional de Luta contra a reforma administrativa (PEC 32/20), em defesa dos serviços públicos e pela manutenção do auxílio emergencial de R\$600, três pautas fundamentais para construir as saídas diante da crise social já instalada no Brasil. Fique atento às nossas mídias sociais e saiba como participar!

Saúde Mental está na mira do governo Bolsonaro

Em meio à pandemia, o Ministério da Saúde prepara um revogação de cerca de cem portarias sobre saúde mental, editadas entre 1991 a 2014, ameaçando diversos programas e serviços do setor.

Estão em risco o programa anual de reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS; as equipes de Consultório na Rua; o Serviço Residencial Terapêutico; e a Comissão de Acompanhamento do Programa De Volta para Casa.

Também corre risco a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

Matéria completa em:
www.epoca.globo.com

É amanhã!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos/ Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves

#DEFESADAVIDA #DEFESADOSERVIÇOPÚBLICO #CONTRAACOV19 #NENHUMDIREITOAMENOS